



PPI 2018
Projeto Pedagógico
Institucional

Diretor Geral – Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-diretor – Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino – Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação – Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretora de Extensão – Maria Alice Caggiano de Lima

Diretora de Administração e Planejamento – Inessa Laura Salomão

Diretor de Gestão Estratégica – Úrsula Gomes Rosa Maruyama

Diretora do *Campus* Nova Iguaçu – Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *Campus* Maria da Graça – Alberto Boscarino Junior

Diretor do *Campus* Petrópolis – Frederico Ferreira de Oliveira

Diretora do *Campus* Nova Friburgo – Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretor do *Campus* Itaguaí – Luiz Diniz Corrêa

Diretor do *Campus* Angra dos Reis – Tiago Siman Machado

Diretor do *Campus* Valença – Fabiano Alves de Oliveira

Atualização do Projeto Pedagógico Institucional

Danila Tavares Amato – TAE/Diren

Janeiro de 2018.

Sumário

1. Apresentação	06
2. Introdução	07
3. Histórico da Instituição e sua importância regional	08
4. Princípios filosóficos	13
5. Cenários: breve apresentação da Instituição	15
5.1. Transformação em Universidade	15
5.2. Estrutura	15
5.3. Escola Técnica de Nível Médio e Instituição de Ensino Superior	15
5.4. Sistema <i>Multicampi</i>	16
6. Oferta de Cursos	17
6.1. Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	17
6.2. Cursos de Nível Superior	25
6.3. Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu e Stricto Sensu</i>	26
7. Comunidade Interna	28
7.1. Corpo Docente	28
7.2. Cursos Discente	28

7.3. Corpo Técnico Administrativo	29
8. Ensino	30
8.1. Ensino, Pesquisa e Extensão	30
8.2. Políticas de Ensino	30
8.3. Políticas de Pesquisa e Pós-graduação	36
9. Políticas de Extensão	41
10. Avaliação	44
11. Políticas Institucionais	45
11.1. Política de Desenvolvimento Institucional	45
11.2. Política de Desenvolvimento e Manutenção da Infraestrutura e do Patrimônio	45
11.3. Política de Captação de Recursos	46
11.4. Política de Cooperação e Participação Comunitária	46
11.5. Política de Inclusão	46
11.6. Política de Acesso e Permanência Estudantil	47
11.7. Política de Manutenção e Capacitação de Recursos Humanos	47
11.8. Política de Incentivo à Participação Institucional	48
11.9. Política de Responsabilidade Social	49
11.10. Política de Avaliação	49
12. Propostas	41
13. Bibliografia de referência	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLAT	Coordenadoria dos Cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>
COPEP	Conselho de Pesquisa e Pós-graduação
COPET	Coordenadoria de Pesquisa e Pós-graduação
CPA	Comissão Própria de Autoavaliação
CPGLS	Curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>
DEPEQ	Departamento de Pesquisa
DEPOG	Departamento de Pós-graduação
DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação
DIREX	Diretoria de Extensão
ENADE	Exame Nacional do Ensino Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão
IETEC	Incubadora de Empresas Tecnológicas
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITESS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
NAE	Núcleo de Atendimento Estudantil
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PNPG	Plano Nacional de Pós-graduação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGSS	Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFF	Universidade Federal Fluminense

1. Apresentação

Em 2010, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ tornou público seu Projeto Pedagógico Institucional. O documento, que fora construído a partir de uma ampla participação da comunidade, respeitando o que é previsto nos artigos 12º e 14º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) de 20 de dezembro de 1996, proporcionou um diagnóstico deste Centro em suas diversas dimensões.

Esta segunda atualização desse documento reúne não apenas os dados mais recentes acerca do atual cenário institucional, mas também apresenta as conquistas alcançadas pelo Cefet/RJ nos últimos anos e os desafios futuros lançados para essa Instituição na busca pela manutenção da excelência do Ensino.

Algumas seções, entretanto, mantiveram-se conforme constam no documento original ou sofreram pequenas alterações, já que se constituem nos registros históricos e/ou nos princípios e fundamentos norteadores do trabalho pedagógico operado neste Centro, intimamente comprometidos com a missão institucional que é reafirmada na presente atualização.

Boa leitura!

2. Introdução

A tendência observada na trajetória da educação brasileira aponta para uma crescente valorização dessa e para a necessidade de planejar as ações educativas no sentido de promover uma mudança social, só possível através do aumento da escolarização qualificada e progressiva da sociedade.

Para tanto, o desenvolvimento de um referencial que propicie a convergência das ações praticadas pelos diversos estabelecimentos de ensino que compõem o sistema educacional do país é imprescindível. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 constitui-se no documento que orienta a educação nacional de maneira mais ampla, enquanto que, o Projeto Pedagógico é o documento que direciona a missão e a intencionalidade de cada uma das unidades de ensino, desde a Educação Básica até a Educação de Nível Superior.

No entanto, o Projeto Pedagógico não deve ser compreendido como uma lei rigorosa a que se submetem os atores que compõem os cenários das instituições educacionais, tampouco, deve ser uma construção não-participativa, em que regras são impostas. “Projetar” é, antes, refletir, discutir aquilo que se deseja implementar. É, pois, um movimento participativo e coletivo, que deve estar em constante transformação, já que deve expressar a identidade e os propósitos institucionais.

No caso específico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, buscamos que o Projeto Pedagógico fosse verdadeiramente o resultado de uma construção democrática, consultiva, para que esse refletisse, de fato, o que é o Cefet/RJ e o que esse deseja ser. As páginas que se seguem são expressão desse amplo movimento participativo.

3. Histórico da Instituição e sua importância regional

A instituição que conhecemos hoje por Cefet/RJ teve sua origem na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, criada em 1917. Nas décadas de 30 e 40, com a reformulação do Ministério da Educação e Saúde, essas escolas foram transformadas em Liceus. Entretanto, antes mesmo que este Liceu fosse inaugurado, sua denominação passou a ser Escola Técnica Nacional - ETN. A Escola Técnica Federal, que teve como primeiro Diretor o Professor Celso Suckow da Fonseca, adotou seu nome, numa homenagem póstuma, por determinação do MEC, passando então a se denominar Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. A partir de 1966, foram implantados os Cursos de Engenharia de Operação, objetivando a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, acontece a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Hoje, essa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) constitui-se numa autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, que abrange os níveis médio e superior (até a Pós-Graduação) na área tecnológica.

Em 11 de agosto de 2017, O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca completou 100 anos. Para marcar a data, a instituição preparou uma programação especial aberta ao público. O auge das festividades do Centenário do Cefet/RJ foi o lançamento oficial da medalha comemorativa cunhada pela Casa da Moeda para homenagear a instituição. Nessa ocasião, comemorou-se não apenas os 100 anos de educação profissional da instituição, mas também seus 51 anos de educação superior e 25 anos de ensino de pós-graduação, com programas de mestrado e doutorado.

A missão institucional do Cefet/RJ é, prioritariamente, promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral

(humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

Correspondendo à vocação dessa instituição, o Cefet/RJ vem acompanhando a evolução operada no país, ampliando seus objetivos no sentido de, permanentemente, atuar em resposta aos crescentes níveis de exigência do setor produtivo. Por sua natural integração com esse setor e sensibilidade frente à dinâmica do desenvolvimento, este Centro vem aprimorando-se como agência educativa dedicada à formação de recursos humanos capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, podemos dizer que o Cefet/RJ, em sua expansão física, vem atentando para os Arranjos Produtivos Locais (APL), o que favorece o fomento da economia, formando mão de obra qualificada em nível técnico e superior nas diversas áreas, entre elas: Controle e Processos Industriais, Infraestrutura, Ambiente e Saúde, Segurança, Gestão e Negócio, Informática e Comunicação, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Indústria, Informática, Saúde, Telecomunicações, Segurança, Produção Alimentícia, Química e Engenharias.

Neste contexto, em consonância com o que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do quadriênio 2015-2019, o objetivo geral do Cefet/RJ é promover o desenvolvimento institucional, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um Centro de Excelência e futura Universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do País.

Quanto aos objetivos específicos dessa instituição, relacionados à manutenção da excelência acadêmica deste Centro, são eles:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do Cefet/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do

Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão	Cefet/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do País.
	Participar, em nível local, regional e nacional de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.
	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do Cefet/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos ofertados pelo Cefet/RJ.
	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da Comunidade acadêmica intracampus, intercampi e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de influência do Cefet/RJ.
	Otimizar os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade instalada do Cefet/RJ.
	Consolidar e ampliar a expansão do Cefet/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área.
	Consolidar as ações de capacitação dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação de pessoas – servidores públicos – a fim desses se perceberem sujeitos da missão institucional.
	Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição.
	Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores.
	Ampliar e reestruturar as bibliotecas.
	Consolidar as Redes WIFI no Cefet/RJ.
	Conferir transparência e publicidade às prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.
	Adequar os espaços institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com necessidades especiais.
Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.	
Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucionais com a comunidade interna e externa.	
Dar continuidade à atuação junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de Pessoal Técnico-administrativo e Docente, assim como o	

	aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG).
Excelência Acadêmica	Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do Cefet/RJ nos Projetos Político-Institucionais.
	Promover revisão e atualização dos documentos legais do Cefet/RJ, privilegiando a qualidade acadêmica e a democracia interna.
	Otimizar a capacidade de gestão acadêmica.
	Implementar um sistema de avaliação permanente visando à melhoria da qualidade dos cursos de graduação e dos demais cursos oferecidos pelo Cefet/RJ.
	Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido.
	Consolidar a Extensão universitária enquanto produtora de conhecimento acadêmico-científico, através de uma perspectiva dialógica da Instituição com a sociedade.
	Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento de um sistema qualificado de bibliotecas e do acesso a redes e bancos de dados.
	Promover uma inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica.
	Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
	Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã.
	Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas, nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
	Estimular a realização de projetos de pesquisa, articulados com os cursos do médio/integrado e de graduação, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica.
	Buscar condições para a formação de profissionais, visando à atuação junto a pessoas com necessidades educativas especiais.
	Desenvolver uma interface permanente com os demais níveis de ensino da rede pública, visando à melhoria da qualidade de ensino e a igualdade de condições de acesso e permanência.
	Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e a socialização do conhecimento à formação dos alunos.
Ampliar e diversificar as atividades de ensino em níveis de médio/integrado, graduação, de pós-graduação, de extensão e de educação básica com a oferta de novos cursos e diferentes modalidades de ensino.	

	Consolidar a Extensão universitária como interface da Instituição com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil.
	Reduzir significativamente a evasão dos estudantes nos cursos do Cefet/RJ
	Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino semipresenciais e à distância, incluindo a participação da Instituição em consórcios.
	Promover a imediata ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão nos diversos cursos da Instituição.

Fonte: PDI (2015-2019)

4. Princípios filosóficos

Corresponde à filosofia orientadora da ação do Cefet/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Cabe compreender, ainda, que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores deste projeto pedagógico, documento construído com a participação dos segmentos da comunidade interna (servidores e alunos), representantes do segmento produtivo e outros membros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa das condições garantidoras de qualidade para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;
- reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Tecnológica Federal;
- adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área tecnológica;

- consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética, continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna, socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- observância a aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da Instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e às divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção do desenvolvimento humano; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

5. Cenários: breve apresentação da Instituição

5.1 Transformação em Universidade

Uma das principais discussões institucionais em pauta nos últimos anos é a transformação do Cefet/RJ em Universidade. Este objetivo se relaciona com a notória ampliação do escopo de atuação deste Centro na oferta de cursos de nível superior e de pós-graduação, bem como com o concomitante crescimento do quantitativo de pesquisas de cunho acadêmico e da participação docente em atividades de caráter extensionista no âmbito desta instituição. O Projeto de transformação do Cefet/RJ em Universidade está disponível para consulta na página eletrônica institucional, no endereço <http://www.cefet-rj.br/>.

5.2 Estrutura

Atualmente, o Cefet/RJ conta com 07 *campi*, além do campus sede, localizado no bairro do Maracanã. A Instituição, no final de 2017, ofertava vagas em 32 cursos técnicos (distribuídos em 17 áreas/tipos, sendo todos na modalidade presencial), 31 cursos de graduação (distribuídos em 18 áreas/tipos, sendo 29 na modalidade presencial e 2 à distância), 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (sendo 07 cursos de mestrado e 04 cursos de doutorado) e 09 cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 8 presenciais e 1 à distância.

5.3 Escola Técnica de Nível Médio e Instituição de Ensino Superior

Ainda que o Centro possua uma estrutura universitária – o que inclusive deu origem à proposta antes apresentada de transformação do Centro em

Universidade, que vem sendo pleiteada junto ao governo federal –, a realidade atual do Cefet/RJ reflete a coexistência do ensino médio e da educação superior (até a Pós-Graduação *Stricto Sensu*). Isso significa que este Centro atende a um público bastante diversificado, inclusive, no que tange à faixa etária.

5.4 Sistema *Multicampi*

Além do campus sede à Avenida Maracanã, que se estende ao campus da Rua General Canabarro, o sistema conta com o campus de Nova Iguaçu, no bairro Santa Rita desse município da Baixada Fluminense (inaugurada no segundo semestre de 2003), com o campus de Maria da Graça, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (inaugurada no primeiro semestre de 2006), com os *campi* de Nova Friburgo e Petrópolis (inauguradas no segundo semestre de 2008), ambas na região Serrana do estado, o campus de Itaguaí, localizado na região metropolitana do Rio, o campus de Angra dos Reis, na Costa Verde do estado, inaugurados em 2010 e o campus de Valença, inaugurado no mesmo ano.

6. Oferta de Cursos

6.1 Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

O Cefet/RJ, no final de 2017, oferecia 17 cursos técnicos de nível médio. São eles: Mecânica, Edificações, Estradas, Meteorologia, Eletrônica, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho, Administração, Informática, Telecomunicações, Turismo, Automação Industrial, Enfermagem, Manutenção Automotiva, Alimentos, Química e Portos.

Em 2017, no que se refere às modalidades de ensino, nos *campi* Itaguaí, Maria da Graça, Maracanã, Petrópolis e Valença os cursos integrados possuíam duração de 4 anos. Já nos *campi* Nova Iguaçu e Nova Friburgo, os cursos integrados possuíam duração de 3 anos. No campus Angra dos Reis, o curso é oferecido em concomitância externa, com duração de 3 anos.

De acordo com o Edital 019/2016, a oferta das vagas desses cursos de educação profissional técnica de nível médio nos diversos *campi*, para o ano letivo de 2017, ocorreu conforme discriminado nos quadros a seguir, atendendo a critérios socioeconômicos, em obediência à Lei 12.711/2012:

CAMPUS ANGRA DOS REIS						
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS				TOTAL DE VAGAS
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	-	20	-	20	40
TOTAL						40

CAMPUS ITAGUAI				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º		
		TURNA DA MANHÃ	TURNO DA TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	20	20	40
TOTAL				40

Vagas oferecidas para ampla concorrência

CAMPUS MARACANÃ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Infraestrutura	Edificações	16	16	32
	Estradas	16	-	16
Ambiente e Saúde	Meteorologia	16	-	16
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	16	16	32
	Eletrotécnica	16	16	32
	Mecânica	16	16	32
Segurança	Segurança do Trabalho	-	16	16
Gestão e Negócio	Administração	16	-	16
Informática e Comunicação	Informática (Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas)	16	16	32
	Telecomunicações	-	16	16
Turismo, Hospitalidade e lazer	Guia de Turismo	-	16	16
TOTAL				256

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO INTEGRAL (MANHÃ e TARDE)		
Indústria	Automação Industrial	18	-	18
Informática	Informática	18	-	18
Saúde	Enfermagem	18	-	18
Telecomunicações	Telecomunicações	18	-	18
TOTAL				72

CAMPUS MARIA DA GRAÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Indústria	Automação Industrial	15	-	15
	Manutenção Automotiva	-	15	15
Segurança	Segurança do Trabalho	15	-	15
TOTAL				45

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ E TARDE		
Informática	Informática	20	-	20
TOTAL				20

CAMPUS PETRÓPOLIS				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS DA TARDE		
Telecomunicações	Telecomunicações	18	-	18
TOTAL				18

CAMPUS VALENÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ		
Produção Alimentícia	Alimentos	15	-	15
Química	Química	15	-	15
TOTAL				30

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas

CAMPUS ANGRA DOS REIS						
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS				TOTAL DE VAGAS
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	-	04	-	04	08
TOTAL						08

CAMPUS ITAGUAÍ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TUENO DA MANHÃ	TURNOS DA TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	05	05	10
TOTAL				10

CAMPUS MARACANÃ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Infraestrutura	Edificações	04	04	08
	Estradas	04	-	04
Ambiente e Saúde	Meteorologia	04	-	04
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	04	04	08
	Eletrotécnica	04	04	08
	Mecânica	04	04	08
Segurança	Segurança do Trabalho	-	04	04
Gestão e Negócio	Administração	04	-	04
Informação e Comunicação	Informática (Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas)	04	04	08
	Telecomunicações	-	04	04
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	-	04	04
TOTAL				64

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS INTEGRAL (MANHÃ e TARDE)		
Indústria	Automação Industrial	04		04
Informática	Informática	04		04
Saúde	Enfermagem	04		04
Telecomunicações	Telecomunicações	04		04
TOTAL				16

CAMPUS MARIA DA GRAÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Indústria	Automação Industrial	03	-	03
	Manutenção Automotiva	-	03	03
Segurança	Segurança do Trabalho	03	-	03
TOTAL				09

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ E TARDE		
Informática	Informática	05		05
TOTAL				05

CAMPUS PETRÓPOLIS				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS DA TARDE		
Telecomunicações	Telecomunicações	04		04
TOTAL				04

CAMPUS VALENÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ		
Produção Alimentícia	Alimentos	03		03
Química	Química	03		03
TOTAL				06

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas

CAMPUS ANGRA DOS REIS						
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS				TOTAL DE VAGAS
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	-	06	-	06	12
TOTAL						12

CAMPUS ITAGUAI				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO DA MANHÃ	TURNO DA TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	05	05	10
TOTAL				10

CAMPUS MARACANÃ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Infraestrutura	Edificações	04	04	08
	Estradas	04	-	04
Ambiente e saúde	Meteorologia	04	-	04
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	04	04	08
	Eletrotécnica	04	04	08
	Mecânica	04	04	08
Segurança	Segurança do Trabalho	-	04	04
Gestão e Negócio	Administração	04	-	04
Informação e comunicação	Informática (Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas)	04	04	08
	Telecomunicações	-	04	04
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	-	04	04
TOTAL				64

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO INTEGRAL (MANHÃ e TARDE)		
Indústria	Automação Industrial	05		05
Informática	Informática	05		05
Saúde	Enfermagem	05		05
Telecomunicações	Telecomunicações	05		05
TOTAL				20

CAMPUS MARIA DA GRAÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Indústria	Automação Industrial	04	-	04
	Manutenção Automotiva	-	04	04
Segurança	Segurança do Trabalho	04	-	04
TOTAL				12

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ E TARDE		
Informática	Informática	05		05
TOTAL				05

CAMPUS PETRÓPOLIS				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS DA TARDE		
Telecomunicações	Telecomunicações	05		05
TOTAL				05

CAMPUS VALENÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS DA MANHÃ		
Produção Alimentícia	Alimentos	04		04
Química	Química	04		04
TOTAL				08

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo

CAMPUS ANGRA DOS REIS						
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS				TOTAL DE VAGAS
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	-	04	-	04	08
TOTAL						08

CAMPUS ITAGUAI					
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS			TOTAL DE VAGAS
		1º ANO			
		TURNO DA MANHÃ		TURNO DA TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	05		05	10
TOTAL					10

CAMPUS MARACANÃ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Infraestrutura	Edificações	04	04	08
	Estradas	04	-	04
Ambiente e Saúde	Meteorologia	04	-	04
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	04	04	08
	Eletrotécnica	04	04	08
	Mecânica	04	04	08
Segurança	Segurança do Trabalho	-	04	04
Gestão e Negócio	Administração	04	-	04
Informação e Comunicação	Informática (Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas)	04	04	08
	Telecomunicações	-	04	04
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	-	04	04
TOTAL				64

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO INTEGRAL (MANHÃ e TARDE)		
Indústria	Automação Industrial	04		04
Informática	Informática	04		04
Saúde	Enfermagem	04		04
Telecomunicações	Telecomunicações	04		04
TOTAL				16

CAMPUS MARIA DA GRAÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Indústria	Automação Industrial	04	-	04
	Manutenção AUTOMOTIVA	-	04	04
Segurança	Segurança do Trabalho	04	-	04
TOTAL				12

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ E TARDE		
Informática	Informática	05		05
TOTAL				05

CAMPUS PETRÓPOLIS				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO DA TARDE		
Telecomunicações	Telecomunicações	04		04
TOTAL				04

CAMPUS VALENÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO DA MANHÃ		
Produção Alimentícia	Alimentos	04		04
Química	Química	04		04
TOTAL				08

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas

CAMPUS ANGRA DOS REIS						
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS				TOTAL DE VAGAS
		1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		
		MANHÃ	TARDE	MANHÃ	TARDE	
Controle e Processos Industriais	Mecânica	-	06	-	06	12
TOTAL						12

CAMPUS ITAGUAI					
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS			TOTAL DE VAGAS
		1º ANO			
		TURNO DA MANHÃ	TURNO DA TARDE		
Controle e Processos Industriais	Mecânica	05	05		10
TOTAL					10

CAMPUS MARACANÃ				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		MANHÃ	TARDE	
Infraestrutura	Edificações	04	04	08
	Estradas	04	-	04
Ambiente e Saúde	Meteorologia	04	-	04
	Eletrônica	04	04	08
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	04	04	08
	Mecânica	04	04	08
Segurança	Segurança do Trabalho	-	04	04
Gestão e Negócio	Administração	04	-	04
	Informática (Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas)	04	04	08
Informação e Comunicação	Telecomunicações	-	04	04
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	-	04	04
TOTAL				64

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNO INTEGRAL (MANHÃ e TARDE)		
Indústria	Automação Industrial	05		05
Informática	Informática	05		05
Saúde	Enfermagem	05		05
Telecomunicações	Telecomunicações	05		05
TOTAL				20

CAMPUS MARIA DA GRAÇA					
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS			TOTAL DE VAGAS
		1º ANO			
		MANHÃ	TARDE		
	Automação Industrial	04	-		04
Indústria	Manutenção Automotiva	-	04		04
Segurança	Segurança do Trabalho	04	-		04
TOTAL					12

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNOS MANHÃ E TARDE		
Informática	Informática	05		05
TOTAL				05

CAMPUS PETROPOLIS				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNA DA TARDE		
Telecomunicações	Telecomunicações	05		05
TOTAL				05

CAMPUS VALENÇA				
ÁREAS PROFISSIONAIS	CURSOS	NUMERO DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º ANO		
		TURNA DA MANHÃ		
Produção Alimentícia	Alimentos	04		04
Química	Química	04		04
TOTAL				08

Há ainda os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, os quais são regidos por editais próprios, elaborados pelos *campi* em que é ofertado o curso. A dinâmica de distribuição de vagas, entretanto, também leva em consideração fatores socioeconômicos, de acordo com a Lei 12.711/2012.

Em 2017, a oferta de vagas para o 1º semestre ocorreu conforme apresentam os quadros a seguir:

Vagas oferecidas para ampla concorrência

CAMPUS MARACANÃ			
EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS	TOTAL DE VAGAS	
		1º SEMESTRE 2017	
		NOITE	TOTAL
Infraestrutura	Edificações	15	15
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	15	15
	Eletrotécnica	20	20
	Mecânica	10	10
Informação e Comunicação	Redes e Telecomunicações	40	40
Gestão e Negócios	Administração	20	20
Segurança	Segurança do Trabalho	22	23
		142	142

CAMPUS ITAGUAI			
ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	NUMERO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS
		TURNO NOITE	
Infraestrutura	Técnico em Portos	20	20
TOTAL			20

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escola pública

CAMPUS MARACANÃ			
EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS	TOTAL DE VAGAS	
		2º SEMESTRE 2016	
		NOITE	TOTAL
Infraestrutura	Edificações	3	3
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	3	3
	Eletrotécnica	5	5
	Mecânica	2	2
Informação e Comunicação	Redes e Telecomunicações	10	10
Gestão e Negócios	Administração	5	5
Segurança	Segurança do Trabalho	5	5
		33	33

CAMPUS ITAGUAI			
ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	NUMERO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS
		TURNO NOITE	
Infraestrutura	Técnico em Portos	5	5
TOTAL			5

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas

CAMPUS MARACANÃ			
EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS	TOTAL DE VAGAS	
		2º SEMESTRE 2016	
		NOITE	TOTAL
Infraestrutura	Edificações	4	4
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	4	4
	Eletrotécnica	5	5
	Mecânica	3	3
Informação e Comunicação	Redes e Telecomunicações	10	10
Gestão e Negócios	Administração	5	5
Segurança	Segurança do Trabalho	6	6
		37	37

CAMPUS ITAGUAI			
ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	NUMERO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS
		TURNO NOITE	
Infraestrutura	Técnico em Portos	5	5
TOTAL			5

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escola pública com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo

CAMPUS MARACANÃ			
EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS	TOTAL DE VAGAS	
		2º SEMESTRE 2016	
		NOITE	TOTAL
Infraestrutura	Edificações	4	4
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	4	4
	Eletrotécnica	5	5
	Mecânica	2	2
Informação e Comunicação	Redes e Telecomunicações	10	10
Gestão e Negócios	Administração	5	5
Segurança	Segurança do Trabalho	6	6
		36	36

CAMPUS ITAGUAI			
ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	NUMERO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS
		TURNO NOITE	
Infraestrutura	Técnico em Portos	5	5
TOTAL			5

Vagas oferecidas para candidatos oriundos de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas

CAMPUS MARACANÃ			
EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS	TOTAL DE VAGAS	
		2º SEMESTRE 2016	
		NOITE	TOTAL
Infraestrutura	Edificações	4	4
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	4	4
	Eletrotécnica	5	5
	Mecânica	3	3
Informação e Comunicação	Redes e Telecomunicações	10	10
Gestão e Negócios	Administração	5	5
Segurança	Segurança do Trabalho	6	6
		37	37

CAMPUS ITAGUAI			
ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	NUMERO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS
		TURNOS	
Infraestrutura	Técnico em Portos	5	5
TOTAL			5

6.2. Cursos de Nível Superior

No ensino superior, no 1º semestre de 2017, eram oferecidas, nos diferentes cursos, um total de 400 vagas no campus Maracanã; 108 vagas no campus Nova Iguaçu; 160 vagas no campus Nova Friburgo; 105 vagas no campus Petrópolis; 85 vagas no campus Angra dos Reis; 80 vagas no campus Itaguaí e 60 no campus Valença, perfazendo um total de quase mil vagas ofertadas.

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Maracanã

	Turno	Quantidade de vagas					TOTAL
		Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Administração	T	25	6	7	5	7	50
Engenharia de Produção	M	25	6	7	5	7	50
Engenharia Mecânica	M	25	6	7	5	7	50
Ciência da Computação	T	12	3	4	2	4	25
Engenharia Ambiental	M/T/N	12	3	4	2	4	25
Engenharia Elétrica	T	10	2	3	2	3	20
Engenharia Eletrônica	T	10	2	3	2	3	20
Engenharia de Telecomunicações	T	10	2	3	2	3	20
Engenharia de Controle e Automação	T	10	2	3	2	3	20
Engenharia Civil	T	20	4	6	4	6	40
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	M/T	20	4	6	4	6	40
TOTAL DE VAGAS		199	44	59	39	59	400

	Turno	Quantidade de vagas					TOTAL
		Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Engenharia de Produção	M/T/N	18	4	5	4	5	36
Engenharia de Controle e Automação	M/T/N	18	4	5	4	5	36
Engenharia Mecânica	M/T/N	18	4	5	4	5	36
TOTAL DE VAGAS		54	12	15	12	15	108

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Nova Iguaçu

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Nova Friburgo

	Quantidade de vagas						TOTAL
	Turno	Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Sistemas da Informação	N	20	4	6	4	6	40
Engenharia Elétrica	M/T	10	2	3	2	3	20
Licenciatura em Física	N	20	4	6	4	6	40
Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	N	20	4	6	4	6	40
TOTAL DE VAGAS		80	16	24	16	24	160

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Petrópolis

	Quantidade de vagas						TOTAL
	Turno	Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Engenharia de Computação	M	12	3	4	2	4	25
Licenciatura em Física	N	20	4	6	4	6	40
Turismo	N	20	4	6	4	6	40
TOTAL DE VAGAS		52	11	16	10	16	105

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Angra dos Reis

	Quantidade de vagas						TOTAL
	Turno	Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Engenharia Elétrica	M/T	12	3	4	2	4	25
Engenharia Mecânica	M	17	4	5	4	5	35
Engenharia Metalúrgica	M/T	12	3	4	2	4	25
TOTAL DE VAGAS		41	10	13	8	13	85

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Itaguaí

	Quantidade de vagas						TOTAL
	Turno	Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Engenharia Mecânica	N	20	4	6	4	6	40
Engenharia de Produção	T/N	20	4	6	4	6	40
TOTAL DE VAGAS		40	8	12	8	12	80

Quadro de vagas dos cursos de nível superior – Campus Valença

	Quantidade de vagas						TOTAL
	Turno	Ampla Concorrência	L1	L2	L3	L4	
Administração	N	17	4	5	4	5	35
Engenharia de Alimentos	M/T	12	3	4	2	4	25
TOTAL DE VAGAS		29	7	9	6	9	60

6.3 Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*

No que tange ao ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*, o Cefet/RJ oferecia os seguintes cursos, em 2017:

- Turismo Sustentável
- Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino
- Matemática Computacional Aplicada
- Mecatrônica
- Engenharia Mecânica Ênfase em Eficiência Energética
- Modelagem Matemática na Educação
- Educação, Tecnologia e suas Relações
- Ensino de Línguas Adicionais

- Relações Étnico-Raciais e Educação

Já na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o Cefet/RJ, em 2017, possuía os seguintes Programas:

- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas;
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais;
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica;
- Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação;
- Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais;
- Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada;
- Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação.
- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática.

7. Comunidade Interna

7.1. Corpo Docente

Em dezembro 2017, segundo o DRH, o Cefet/RJ contava com cerca de 864 docentes (dentre as carreiras de Professor do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico e Professor do Magistério Superior), dos quais 319 são doutores e 453 são mestres.

Assim como era previsto, o número de professores com titulação de mestre e doutor foi ampliado consideravelmente nos últimos anos.

7.2. Corpo Discente

Quanto ao alunado, o Cefet/RJ possuía, em 2017, aproximadamente 13000 discentes desde os cursos de Ensino Técnico de Nível Médio até a Pós-Graduação e, com o crescimento na oferta de cursos, esse número tende a aumentar nos próximos anos.

Tabela 1 - Quantitativo de alunos por curso no Cefet/RJ em 2017

Cursos	2017 1º sem	2017 2º sem
Graduação/Bacharelado	5498	5868
Graduação/Tecnologia	1498	1408
Graduação/Licenciatura	265	268
Técnico Subsequente (presencial)	780	938
Técnico Subsequente (à distância/e-Tec)	567	0
Técnico Integrado ao Médio*	3174	3174
Técnico Concomitante	463	341
Pós-graduação Lato Sensu*	166	166
Pós-graduação Stricto Sensu*	450	450
Total	12861	12613

Fonte: Relatório de Gestão 2017

*Obs.: Na tabela acima, para os cursos que não são semestrais, foi considerado o número de matriculados no 1º semestre de 2017, igual ao do 2º semestre.

7.3. Corpo Técnico

Em 2017, segundo o DRH, o sistema Cefet/RJ contava com um quadro de pessoal administrativo de 639 servidores, distribuídos entre diversos cargos, os quais possuem formação bastante diversificada, desde o nível fundamental incompleto até o doutorado.

Em 2017, havia, no Cefet/RJ, 9 servidores Técnico-administrativos com doutorado; 102 com mestrado; 252 com especialização; 123 com graduação; 39 com ensino médio técnico; 84 com ensino médio; 9 com ensino fundamental e 21 com ensino fundamental incompleto.

Servidores Técnico-administrativos - Cefet/RJ	
Unidade	Quantitativo
Maracanã	406
Nova Iguaçu	46
Maria da Graça	38
Itaguaí	34
Petrópolis	30
Nova Friburgo	30
Valença	28
Angra dos Reis	27
Total	639

A criação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação estimulou a busca dos servidores pela qualificação e vem incentivando aqueles que desejam investir em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

8. Ensino

8.1. Ensino, Pesquisa e Extensão

Dada a diversidade de níveis de ensino no CEFET/RJ, é imprescindível que sejam observadas, em todos os níveis, as três dimensões que envolvem o processo educativo nesse Centro – Ensino, Pesquisa e Extensão –, quando da construção de um projeto que vise ao desenvolvimento de competências e habilidades dos educandos.

Sobre os conceitos de competência e habilidade, o primeiro conteria o segundo, já que “ser competente” estaria relacionado a ter o conhecimento, possuir a habilidade e manifestar a atitude. Isto é, não é suficiente estar de posse do conhecimento, mas saber aplicá-lo nas diversas situações e compreender de que forma fazê-lo.

É preciso também compreender a que se refere a indissociabilidade que se atribui a Ensino, Pesquisa e Extensão. São indissociáveis na medida em que: o ensino deve estar associado à extensão, em uma formação contextualizada nas questões sociais contemporâneas; o ensino junto à pesquisa aponta para o desenvolvimento de competências que visam introduzir os alunos a formas básicas de investigação, que, objetivando a geração de conhecimento, proverão subsídios para a própria atividade de ensino; por sua vez, a relação de indissociabilidade entre pesquisa e extensão está em que a pesquisa, observando o contexto social, pode produzir ferramentas de intervenção, bem como a extensão pode atender àquelas realidades conhecidas via pesquisa.

Dessa forma, a instituição deve estar comprometida com uma formação que, primando pela excelência do conhecimento, desenvolva a formação integral, cidadã, de forma a que os alunos se constituam sujeitos coletivos, voltados à participação efetiva nos processos sociais.

8.2 Políticas de Ensino

O desenvolvimento das atividades de ensino do Cefet/RJ – cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio, articulada e subsequente ao ensino médio e de graduação – é coordenado, planejado, avaliado e controlado no âmbito da DIREN, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação e de extensão.

Assim, a Diretoria de Ensino é responsável pela gestão das atividades de ensino de graduação e de educação profissional técnica de nível médio nos diferentes *campi* do Cefet/RJ, sempre visando alcançar a excelência no ensino em tais níveis, proporcionando uma formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, permitindo excelente colocação no mercado de trabalho de seus egressos.

A DIREN também é responsável pelo Programa de Monitoria, que oferece bolsas do próprio Cefet/RJ para alunos do ensino técnico de nível médio e do ensino superior de todos os *campi*. Também esteve sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino o Programa Jovens Talentos para a Ciência, com bolsas da Capes, e o Programa Ciência sem Fronteiras, com bolsas da Capes e do CNPq, ambos voltados para a graduação.

Entre os setores e núcleos vinculados a DIREN, está o DEDED (Departamento de Desenvolvimento Educacional), o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais), o DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos), a DIMED (Divisão de Mídias Educacionais), a DIPED (Divisão de Projetos Educacionais) e a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação).

O Napne conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores. A finalidade do Napne é preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos do Cefet/RJ contemplam o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais

estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sustentam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez sustentam a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Propostas Curriculares

A concepção de currículo mostra que, muitas vezes, este esteve relacionado a práticas de manutenção do poder, a serviço do discurso hegemônico, engessando práticas e ideologias, o que contradiz a ideia de neutralidade atribuída a esse instrumento pelas teorias pedagógicas mais tradicionais, já que o mesmo é sempre dotado de intencionalidade.

De acordo com a formação desenvolvida no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o currículo se constitui em um instrumento de produção do conhecimento, voltado ao atendimento das necessidades humanas, respeitando a diversidade de classe, cultura, gênero, linguagem e etnia, e está manifesto não apenas nos conteúdos trabalhados nos cursos, mas também nas experiências vivenciadas no ambiente acadêmico.

É nesse âmbito que se destaca a proposta de um currículo que preconiza a produção coletiva do conhecimento e a formação integral dos sujeitos. Tal proposta atuaria de maneira a proporcionar aos indivíduos uma qualificação intelectual ampla, que lhes possibilite a adaptação a mudanças e que seja a base para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

Flexibilidade Curricular

De maneira mais palpável, a ideia de um currículo flexível estaria relacionada à implementação de métodos interdisciplinares e transdisciplinares, de forma a tornar os cursos mais pertinentes e atuais.

Nesse sentido, medidas simples como a outorga de autonomia aos estudantes quanto à escolha de algumas disciplinas de seu interesse, em outros cursos que não aquele de origem, já contribuiriam para a flexibilização. Além disso, a possibilidade de participarem de atividades que articulem teoria e prática desde

os primeiros períodos dos cursos poderia dinamizar o processo de ensino no CEFET/RJ.

É necessário observar, ainda, que os novos profissionais devem ter compromisso com o desenvolvimento sustentável, pautando suas ações em responsabilidade social. Tais temas merecem ser amplamente debatidos pela comunidade acadêmica, a fim de que se incorporem à cultura institucional.

Ensino Técnico de Nível Médio

A organização curricular dos cursos é balizada pelas determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alterada pela Lei nº 11.741/2008, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Conforme consta no PDI 2015-2019, os cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente, possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), cuja terceira edição foi atualizada aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014. Através da concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, os eixos tecnológicos são compostos por fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Em paralelo à distribuição da carga horária dos cursos, procurou-se estabelecer práticas que integrassem as unidades curriculares entre as áreas de formação de cada matriz curricular, através da atividade pedagógica denominada Projeto Integrador. Para viabilizar essa proposta, o projeto foi inserido na matriz curricular dos cursos e na grade de horários, de modo a propiciar o encontro dos colegiados e a discussão pedagógica, requisitos necessários para a concepção e elaboração de atividades interdisciplinares.

Nos cursos integrados, o Projeto Integrador é conduzido pelas diferentes áreas do conhecimento ao longo dos cursos, pois tem como objetivo principal a

integração de saberes gerais e técnicos específicos, com a sugestão de um modelo interdisciplinar, conforme sugere a Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A prática proposta tem como mote de funcionamento, ainda balizado pela Resolução supracitada, a construção do conhecimento no viés da articulação de “vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas”, em um cenário que propicia a formação do ser humano mais em sintonia com a contemporaneidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 2).¹ Possui, também, um tratamento metodológico que evidencia “a contextualização e a interdisciplinaridade”, abrindo espaço, ainda, para “outras formas de interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 3).

A proposta é investir em atividades distintas à lógica disciplinar, com alternativas curriculares que não se preocupem em anular a disciplinaridade, mas que abram espaço para a interdisciplinaridade, tornando-se um campo fértil de possibilidades, propiciando a articulação e o diálogo entre as disciplinas. Essas atividades contribuirão com os alunos na concepção de projetos de pesquisa, de extensão ou projetos didáticos integradores que visem ao desenvolvimento de conhecimentos das diversas áreas.

Em consonância com a Resolução nº 2, o Projeto Integrador visa à formação integral do estudante, levando em consideração a indissociabilidade entre a educação e a prática social e entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem, devendo permear a “integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 2).

¹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 2 CNE/CEB, de 30 de janeiro de 2012, Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

Ensino de Graduação

O ensino atual, num cenário em que a tecnologia dá suporte à geração e difusão de conhecimentos de forma mais rápida e eficiente, obriga o docente à constante atualização e à busca por novos métodos e práticas pedagógicas numa visão multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Portanto, conforme consta no PDI 2015-2019, cabe a todos os cursos de graduação do Cefet/RJ atender a essa vertente de diversidade efetivando um trabalho que potencialize e fomente mais projetos participativos, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares motivadores para o enriquecimento do ensino e para a criação de novos conhecimentos, produtos e serviços.

É o aprimoramento para “aprender a fazer fazendo” que, segundo Paulo Freire² (2001), subjaz fixação “praxiológica” e, parafraseando Leandro Konder³ (1993), forma, informa e transforma. A partir dos legados pedagógicos de Philipp Perrenoud et al.⁴ (2002), essa forma prática permite com mais facilidade o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas nos princípios profissionais para o ensino nos diversos cursos e nas Ciências Exatas e Engenharias.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação do Cefet/RJ são desenvolvidos com base no Estatuto e no Regimento próprios da instituição e nos dispositivos legais existentes.

Com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir:

- Lei nº 10.861, de 20 de dezembro de 2004, que em seu art. 11 estabelece que cada instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação)

² FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.

³ KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

⁴ PERRENOUD, P.; GATHER T.; M., DE MACEDO, L.; MACHADO, N.J. e ALLESSANDRINI, C.D.. As competências para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;

- Resolução da CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

As propostas apresentadas nos Projetos Pedagógicos de Curso estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional, considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

- demonstram a preocupação com a qualidade do curso de graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na educação continuada conhecimentos específicos e especializados;
- apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
- valorizam as atividades externas;
- discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao Cefet/RJ, inclusive criando novas disciplinas ou modificando as cargas horárias já existentes.

8.3. Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de pesquisa e pós-graduação nas diferentes unidades do Sistema Multicampi que compõem o CEFET/RJ. As políticas associadas a essas atividades estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e são discutidas no Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP).

O Departamento de Pesquisa (DEPEQ), vinculado à DIPPG, apresenta caráter sistêmico e tem como finalidade incentivar, sistematizar, cadastrar, gerir e avaliar a atividade de pesquisa realizada na Instituição em todos os níveis de ensino. As ações do Departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET).

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), subordinado ao DEPEQ, é o órgão responsável pela governança do sistema de inovação do CEFET/RJ. Tem como função gerir a política institucional de estímulo à inovação e outras formas de transferência de tecnologia. Sua missão consiste em estabelecer a proteção adequada das criações intelectuais, visando apoiar e assessorar a interação da Instituição com a sociedade, promovendo a inovação, a produção do conhecimento e a transferência das tecnologias geradas.

O desenvolvimento da pesquisa leva em consideração o caráter público do CEFET/RJ e a busca de articulação com os diferentes níveis de ensino e com a extensão em todos os *campi*. Essa atividade foi sendo construída, de forma gradativa e consistente, a partir das competências institucionais, inserindo-se nas políticas de pesquisa e desenvolvimento do país. Tem como orientação a sustentabilidade global, abrangendo as dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e outras. Focaliza sua atuação no desenvolvimento local e regional, sem negligenciar as demandas da nação.

O amadurecimento e crescimento da pesquisa na Instituição vêm se refletindo no aumento significativo da quantidade de grupos de pesquisa, de projetos desenvolvidos com financiamento de órgãos de fomento, de bolsistas com produtividade em pesquisa, de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, bem como, no crescimento expressivo da produção intelectual dos docentes.

No final de 2017, existiam 42 Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em diversas áreas do conhecimento, o que traduz a pluralidade de saberes que compõem a identidade institucional. É importante destacar que o CEFET/RJ agrega competências múltiplas, o que é consonante com sua vocação tecnológica que demanda visão e atuação interdisciplinares.

Além dos docentes e dos discentes da pós-graduação, os alunos da graduação e do ensino médio e técnico também são incentivados a se engajarem nas

atividades de pesquisa. Para tanto, são oferecidas bolsas de Iniciação Científica, financiadas pelo CNPq e pelo CEFET/RJ, através dos programas PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e PIBIC-EM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio).

Para o desenvolvimento de suas atividades, os docentes contam com laboratórios de pesquisa bem equipados, além da infraestrutura de apoio necessária. Nos últimos anos, os investimentos na pesquisa têm aumentado progressivamente através de recursos oriundos da própria Instituição, distribuídos mediante editais internos baseados em indicadores de qualidade e produtividade, bem como, de recursos oriundos de órgãos de fomento como FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq, FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Relações de pesquisa interinstitucionais também vêm sendo apoiadas e estimuladas. Durante o período 2010-2014, foram estabelecidos diversos convênios e parcerias com outras instituições nacionais e internacionais que, dentre outras ações, viabilizaram a presença de pesquisadores visitantes e de pesquisadores de pós-doutorado estrangeiros no CEFET/RJ, fortalecendo o processo de internacionalização.

O projeto de Universidade deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, potencializando o engajamento de docentes e discentes da Instituição em projetos institucionais de pesquisa. Nesse sentido, as **Políticas de Pesquisa do CEFET/RJ** devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- o reconhecimento institucional das atividades de pesquisa;
- a consolidação dos grupos existentes e criação de novos grupos de pesquisa;
- a expansão e modernização da infraestrutura de pesquisa;
- a expansão do quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa;
- a visibilidade externa das atividades de pesquisa e inovação;
- a internacionalização das atividades de pesquisa;
- a captação de recursos externos através de órgãos de fomento;
- a interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;

- a interação com a sociedade, promovendo a inovação, a produção do conhecimento e transferência das tecnologias geradas.

No que se refere à pós-graduação, o Departamento de Pós-Graduação (DEPOG), criado em 2017, é o órgão responsável pela execução da política de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, estabelecida pela DIPPG, em consonância com o PDI.

A gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é feita pelas coordenadorias dos programas, cujo coordenador é eleito pelos respectivos colegiados. Os programas atendem às diretrizes estabelecidas pela Capes e seguem o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ e as normas específicas de cada programa.

A gestão dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por sua vez, é feita pela Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (CGLAT), que tem por objetivo executar a política de pós-graduação estabelecida para esses cursos nacionalmente e no âmbito da Instituição. Os cursos *lato sensu* seguem regulamento próprio e, independente da CGLAT, cada curso tem um coordenador responsável. A aprovação dos cursos segue tramitação que envolve um edital anual para submissão de propostas.

Seguindo os mesmos princípios das atividades de pesquisa, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* orienta-se pelo que preconizam as políticas públicas e se encontra alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), formando recursos humanos qualificados para atuar nos meios acadêmico, empresarial e governamental. No que tange à pós-graduação *lato sensu* busca-se atender a demandas da sociedade, em consonância com a vocação institucional e com a concepção de educação tecnológica defendida pela Instituição.

A integração da pesquisa e da pós-graduação com os diferentes níveis de ensino se dá primordialmente através dos projetos de pesquisa, dos grupos de pesquisa e dos diversos programas e cursos de pós-graduação existentes, dos quais participam docentes e discentes de todos os níveis.

Atualmente, o CEFET/RJ possui oito programas de pós-graduação *stricto sensu*, que oferecem um total de 11 cursos, sendo 4 doutorados, 6 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissional. No final de 2017, também estavam em andamento 9 cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 8 presenciais e 1 na modalidade à distância através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), todos gratuitos.

Assim, com o intuito de consolidar e ampliar a pós-graduação no CEFET/RJ em atendimento às demandas nacionais, as **Políticas de Pós-Graduação do CEFET/RJ** devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- a criação de novos programas e cursos de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, através de ações de apoio à nucleação de grupos de pesquisadores com competência em áreas que apresentem demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, em consonância com as políticas nacionais;
- a consolidação dos programas de pós-graduação, através do aumento do conceito dos cursos e oferta de doutorado nos programas existentes;
- a expansão e modernização da infraestrutura para a pós-graduação;
- a expansão do quantitativo de docentes e discentes atuando em atividades de pós-graduação;
- a visibilidade externa das atividades de pós-graduação;
- a internacionalização das atividades relacionadas à pós-graduação;
- a captação de recursos externos através de órgãos de fomento;
- a interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- a contratação e capacitação de docentes para garantir a consolidação e a ampliação dos programas e cursos de pós-graduação.

9. Políticas de Extensão

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, que define a política de extensão utilizada nas instituições de ensino superior, a extensão é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. (...) Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2003: 4).

Incluída essa atividade acadêmica nos objetivos institucionais, o CEFET/RJ, como instituição de ensino superior, vem desenvolvendo ações identificadas como de Extensão desde o início da década de noventa. Signatário do Plano Nacional de Extensão Universitária e membro do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX, o CEFET/RJ tem exercido papel relevante na formulação de políticas de extensão. Além disso, é membro e fundador do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - FORPROEXT, vinculado à SETEC.

Pode-se afirmar que as atividades de extensão desenvolvidas no Centro são peculiares, em virtude de sua origem e natureza no campo da educação tecnológica. Essa atuação se materializa em programas, projetos e cursos, produção tecnológica e publicação, utilizando recursos materiais e financeiros próprios, além de prestação de serviços.

Na trajetória de ações tipificadas como de Extensão, CEFET/RJ vem desenvolvendo, consolidando e fortalecendo experiências exitosas, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Consoante à política e às diretrizes de ação da Diretoria de Extensão - DIREX, estabelecidas pela Resolução 21/2016, que normatiza as atividades de Extensão do CEFET/RJ, as ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, favorecem o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

É assim que vem se promovendo a nucleação de projetos e ações de Extensão que se caracterizam por áreas temáticas e atuação em uma mesma linha programática, buscando o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integrando os programas e projetos de Extensão ao plano pedagógico dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso o Programa Turma Cidadã, as Empresas Juniores e os times ENACTUS do CEFET/RJ, as atividades da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEX e a Feira de Estágio e Emprego, a IETEC - Incubadora de Empresas Tecnológicas e a ITESS - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis com seus núcleos atuantes nos Campi..

De modo geral, as ações de Extensão são executadas em alinhamento com as áreas temáticas definidas pelo FORPROEX como: Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça e Cultura.

Entendendo que as ações de Extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico institucional, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

- a instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo

sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

- a instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

10. Avaliação

Ainda hoje, não é incomum que a avaliação apresente-se vinculada à ideia de fiscalização, controle – conceito enviesado, restrito, sobretudo quando aplicado ao sistema educacional.

Com as novas políticas de governo, porém, cresce o entendimento da prática avaliativa como elemento de fundamental importância para a manutenção e desenvolvimento da qualidade da educação ofertada, tanto por estabelecimentos públicos quanto privados. É nesse contexto que a avaliação passa a ganhar relevância institucional no CEFET/RJ.

É importante frisar que avaliar não se reduz ao cumprimento de tarefas burocráticas e que, mais recentemente, pode-se observar empenho institucional no sentido de tornar cada vez mais presentes as ações que visam a implementar uma cultura de avaliação no Centro.

No âmbito da autoavaliação, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) atua na elaboração de diagnóstico institucional, cuja culminância é a construção de relatórios que retratam a realidade em diversos aspectos. Esse instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais, como também subsidia as atividades de avaliação externa. Entre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação; o Exame Nacional do Ensino Superior, ENADE, realizado pelo Ministério da Educação e; o ENEM, que reflete, no desempenho dos alunos participantes, o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio e, inclusive, é utilizado por grande parte das instituições de ensino como critério de seleção para o ingresso no ensino superior.



11. Políticas Institucionais

11.1. Política De Desenvolvimento Institucional

De 2003 a 2010, o CEFET/RJ experimentou um crescimento considerável: em sete anos foram criadas sete novas unidades, o que equivaleria à abertura de uma unidade por ano. Um aspecto inerente ao crescimento é a determinação de objetivos e metas que garantam a manutenção e desenvolvimento dos serviços educacionais, com qualidade.

O documento que contempla objetivos e metas a serem alcançados pelo Centro a cada período de cinco anos é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Esse Plano considera, necessariamente, o Projeto Pedagógico Institucional. Nesse sentido, o próximo PDI, correspondente ao período 2015-2019, tratará, em suas diretrizes, de objetivos, estratégias, ações e metas que contemplem, entre outros aspectos: a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; a integração dos diferentes níveis de ensino; a otimização da aplicação de recursos destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão; a ampliação e manutenção de parcerias entre instituições, nos moldes universitários, em conformidade com a proposta de transformação em universidade tecnológica.

11.2. Política de Desenvolvimento e Manutenção da Infraestrutura e do Patrimônio

O desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura e do patrimônio têm por objetivo primar pelas condições de funcionamento das salas de aula, dos

laboratórios, das bibliotecas, dos auditórios e demais espaços institucionais, bem como garantir a oferta e o bom uso dos equipamentos, materiais didático-pedagógicos e mobiliário do Centro. Nesse sentido, deverão atuar os órgãos responsáveis, com visão sistêmica, alcançando todas as unidades.

11.3. Política de Captação de Recursos

Para desenvolver as atividades acadêmicas e alcançar seus objetivos, considera-se que o CEFET/RJ deve continuar a buscar novas formas de financiamento, tais como a participação em editais de agências de fomento, convênios e parcerias, para além de seu orçamento. Tal prática tenderá, inclusive, a fortalecer a identidade institucional, já que as relações com a sociedade conferem maior visibilidade a suas ações.

11.4. Política de Cooperação e Participação Comunitária

No sentido de ampliar a relação do CEFET/RJ com a comunidade externa, considera-se que é necessário discutir o significado e os objetivos de participação comunitária para a instituição. Além disso, é preciso que essa prática esteja baseada em um efetivo conhecimento das necessidades, recursos, estrutura social e valores da comunidade, de modo a construir parcerias de colaboração e facilitar uma ampla participação comunitária, entendendo que a cultura local tem que ser reconhecida antes de qualquer intervenção.

11.5. Política de Inclusão

Acredita-se que a inclusão não esteja relacionada apenas à oferta de acessibilidade àqueles alunos que possuem necessidades especiais no

ambiente escolar. Pensa-se que, além disso, a inclusão requer a articulação dos diversos atores que compõem o cenário educacional, não apenas de professores e alunos. Em alguns casos, é tênue a linha que separa a inclusão da exclusão, pois, na medida em que se propõem atividades e objetivos distintos para um e outro aluno em função de suas diferenças, sejam motoras, cognitivas, físicas, ou de qualquer outra natureza, pode-se estar reforçando a segregação entre os membros que compõem o grupo. Sendo assim, a formação de uma equipe multidisciplinar que permita pensar o trabalho educativo de forma a acolher a diversidade contida no ambiente educacional é uma intenção deste Centro.

11.6. Política de Acesso e Permanência Estudantil

No que se refere ao acesso estudantil, tanto na Educação Profissional Técnica de Nível Médio quanto no Ensino Superior, em atendimento à Lei nº 12.711/12, há a destinação de vagas para o ingresso nos cursos ofertados pelo Cefet/RJ a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e o ensino médio, respectivamente, em escolas da rede pública de ensino. Dentre essas vagas reservadas, há percentuais também destinados aos estudantes pertencentes a famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e aos alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Com relação a permanência estudantil, o CEFET/RJ, através da Diretoria de Extensão, desenvolve ações com estudantes que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, executando o Programa de Assistência Estudantil, disponibilizando bolsas auxílio-estudante (PAE), de auxílio-emergencial (PAEm) e de auxílio-estudante com deficiência específica (PAED) com critérios estabelecidos por edital interno.

Além disso, a Assistência Estudantil atua, por meio de equipe multidisciplinar em âmbito sistêmico de forma relevante, realizando atividades de forma pedagógica.

11.7. Política de Manutenção e Capacitação de Recursos Humanos

Coerentemente com o projeto de transformação em Universidade Tecnológica e tendo ciência de que, para atingir tal objetivo, necessita de um corpo docente qualificado, a instituição estimula a inserção de seus professores em programas de mestrado e doutorado, proporcionando afastamento total ou parcial, de acordo com decisão do colegiado ao qual o docente pertence. O estímulo à permanência docente se expressa na valorização de suas atividades acadêmicas. Inclusive, já foi institucionalizada a avaliação de desempenho para a progressão funcional dos docentes mediante identificação e ponderação de sua produção acadêmica em atividades de ensino, pesquisa e extensão a cada período determinado em plano de trabalho.

Ao mesmo tempo, com o intuito de incentivar a constante capacitação dos servidores e baseado nos interesses apresentados pela comunidade interna via pesquisa, o Departamento de Recursos Humanos vem promovendo diversos cursos sobre os mais variados assuntos pertinentes à rotina institucional.

Enfim, é na direção de aperfeiçoar e manter seu quadro de servidores docentes e técnicos, também intercambiando experiências, que são firmados convênios de capacitação e qualificação junto a reconhecidas instituições de ensino como a UFF – Universidade Federal Fluminense e a PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre outras. Além disso, a busca por boas práticas pedagógicas se constitui numa meta institucional, cuja operacionalização passa, também, por programas e projetos específicos de capacitação interna.

Logo, o que se pretende é que se instale, progressivamente, uma cultura de manutenção e capacitação dos recursos humanos que formam o quadro de servidores da instituição.

11.8. Política de Incentivo à Participação Institucional

Visando à implementação das ações planejadas neste Projeto, bem como o alcance dos objetivos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional, considera-se imprescindível a mobilização da comunidade interna. Processos consultivos, pesquisas, encontros e reuniões que contemplem a participação de técnicos, professores e alunos são exemplos de atividades que facilitam a integração e o debate acerca da realidade institucional.

Sendo assim, o estímulo à atuação dos servidores e alunos nos processos decisórios, em atividades de rotina e na própria formação da identidade do Centro, traduz uma intenção do CEFET/RJ.

11.9. Política de Responsabilidade Social

A articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão tem como objetivo não apenas a produção do conhecimento acadêmico, mas a formação de indivíduos críticos e conscientes da realidade de que fazem parte.

Nesse sentido, uma proposta que vem sendo desenvolvida pelo CEFET/RJ é que, além das atividades próprias de formação acadêmica, outras que têm por finalidade promover a participação estudantil em iniciativas em prol da cidadania e da responsabilidade social, sejam estimuladas e realizadas.

11.10. Política de Avaliação

A prática da avaliação se deve, sobretudo, à necessidade de repensar e subsidiar o ato educativo. Dessa forma, além do próprio processo, os atores que nele estão envolvidos são peças fundamentais na (re)construção de ideias, valores e objetivos que se renovam a cada momento.

Nesse contexto, distinguem-se dois tipos de avaliação: a interna e a externa. A primeira, com a função de identificar potencialidades e fragilidades institucionais e, assim, permitir a atuação no sentido de operar melhorias,

gradativamente; a segunda, com a função de aferir as condições ofertadas pela instituição à comunidade em geral no exercício de sua missão.

12. Propostas

- Melhorias nas salas, laboratórios, acervo e regime de funcionamento das bibliotecas (inclusive, ampliando o atendimento às diversas áreas do saber);
- Dotação de salas individuais para os professores, qualificando tanto a produtividade individual, quanto a qualidade do atendimento aos estudantes e bolsistas;
- Ampliação do horário de funcionamento de todos os serviços de apoio ao ensino e das bibliotecas até o período noturno;
- Implantação de restaurantes com preços populares nas Unidades de Ensino para atendimento aos estudantes de todos os segmentos, a fim de favorecer a permanência estudantil;
- Melhoria nos espaços destinados à prática desportiva;
- Implementação da acessibilidade a todos os espaços das Unidades, considerando a diversidade do Centro;
- Estímulo à discussão sobre as condições de trabalho, buscando soluções para as dificuldades decorrentes da deficiência infraestrutural em alguns *campi*;
- Revisão do sistema de enturmação atualmente prevalente, a fim de permitir a opção por diferentes horários na oferta de disciplinas, independentemente do curso de origem;
- Discussão sistemática do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de todos os cursos;
- Contratação de professores para os *campi* em que há carência;

- Ampliação do número de bolsas disponibilizadas ao Programa de Monitoria bem como o aumento do valor das mesmas para os diferentes níveis de ensino;
- Disponibilização de salas para atendimento da monitoria em todas as Unidades de Ensino;
- Implantação de um sistema de acompanhamento discente desde o ingresso até a conclusão do curso, para que sejam identificadas demandas, potencialidades e fragilidades no ensino;
- Aumento das atividades práticas já previstas no currículo, sem prejuízo das atividades teóricas, tornando o aprendizado mais dinâmico e interessante;
- Maior utilização dos laboratórios e materiais disponíveis;
- Adequação do perfil docente às diferentes atividades – práticas e teóricas – com intuito de otimizar a aprendizagem;
- Maior observância dos gestores e ocupantes de cargos de chefia sobre a atuação docente, com o objetivo de adequá-la à missão e à visão institucionais;
- Adoção de mecanismos mais eficazes de comunicação interna entre alunos e instituição, tal como o aperfeiçoamento do Portal do Aluno;
- Constante revisão dos currículos de maneira a manter permanente diálogo com as mudanças da sociedade e do mundo do trabalho;
- Aproximação entre a Instituição e os setores empresarial e industrial, através de ações que possibilitem a articulação dos cursos com a realidade profissional, além de introduzir os estudantes no contexto do mundo produtivo;
- Estímulo à responsabilidade social dos alunos como futuros profissionais;
- Reforço de conteúdos acadêmicos que enfatizem a formação social, cultural, humanística e cidadã;
- Oferta sistemática de cursos, palestras, seminários e *workshops* aos alunos, com profissionais do mercado de trabalho, a fim de estabelecer o debate acerca dos diversos campos de atuação profissional;

- Oferta sistemática de cursos de capacitação destinados aos servidores técnicos e aos docentes, de acordo com suas áreas de competência, com o intuito de alinhar suas ações à missão e aos objetivos do Centro;
- Estímulo à participação da comunidade interna nos processos decisórios e no debate às ações desenvolvidas pela instituição;
- Introdução de estudos direcionados aos cursos que apresentam maiores índices de evasão e retenção;
- Implementação de mecanismos que reconheçam e garantam a indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão nas atividades da docência;
- Apoio à expansão da pesquisa institucional com o objetivo de consolidar os Grupos de Pesquisa existentes e fomento à criação de grupos emergentes;
- Financiamento da Pesquisa através da verba do CEFET/RJ, utilizando critérios para alocação dos recursos internos, e ampliação à captação de recursos junto aos órgãos de fomento;
- Criação de novos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Consolidação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* com a criação de novos cursos de doutorado;
- Criação de novos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu;
- Fortalecimento da participação de docentes dos *campi* na pós-graduação (PPGSS e CPGLS);
- Melhoria da infraestrutura de laboratórios para as atividades de pesquisa e pós-graduação;
- Estabelecimento de políticas institucionais de capacitação de docentes e técnicos administrativos para a formação de novos pesquisadores, mestres e doutores em áreas consolidadas e emergentes;
- Estabelecimento de políticas institucionais de alocação das atividades de pesquisa e pós-graduação na carga horária dos docentes;
- Implantação de sistemas para acompanhamento da Produção Intelectual (SIGMA);
- Estabelecimento de convênios e parcerias (nacionais e internacionais) com outros grupos de pesquisa e com instituições de pesquisa;

- Definição da política e regulamentação da inovação e transferência de tecnologia na Instituição;
- Divulgação da Inovação Tecnológica entre a comunidade;
- Integração de alunos dos diversos níveis de ensino (PIBIC-EM, PIBIC, Projeto Final, Mestrado, Doutorado) aos grupos de pesquisa;
- Consolidação do PIBIC-EM e PIBIC em todas as unidades (*campi* e sede);
- Incentivo à participação da comunidade interna nas atividades de Pesquisa e a Pós-Graduação através da divulgação e aumento da visibilidade interna;
- Ampliação da visibilidade externa de modo que a Instituição seja reconhecida como uma IFES com competência nas áreas de pós-graduação e pesquisa;
- Ampliação da divulgação das atividades relativas à pré-incubação e incubação de empresas de base tecnológica bem como das de base tecnológica populares (ITCP);
- Incremento na articulação interinstitucional;
- Implementação de um sistema eficaz de acompanhamento de egressos;
- Desenvolvimento de uma política e estratégia de comunicação e divulgação sobre as atividades de extensão no sistema CEFET/RJ;
- Criação de condições para uma efetiva participação das comunidades interna e externa nas atividades de extensão do sistema CEFET/RJ;
- Inclusão, na avaliação docente, de indicadores referentes às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Implementação de encaminhamentos de cunho propositivo, quando diagnosticadas fragilidades no exercício docente e técnico administrativo;
- Desenvolvimento de uma cultura de análise do desempenho do Centro, no intuito de estabelecer parâmetros de qualidade;
- Avaliação criteriosa dos resultados reais obtidos nos atuais cursos de capacitação ofertados pela instituição, no sentido de otimizar os recursos empregados nessas atividades, já que a capacitação não deve ser compreendida como um mero mecanismo de retorno pecuniário, mas um investimento na qualidade do trabalho dos servidores;

- Divulgação periódica dos parâmetros avaliados, de modo a permitir correções no processo educativo.

13. Bibliografia de Referência

ANDRE, Marli Eliza D. *O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação*. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001.

BAFFI, Maria Adelia T. *Projeto Pedagógico: um estudo introdutório*. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>

BOUTINET, Jean P. *Antropologia do projeto*. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

BRASIL, LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1999.

BRASIL, DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Gestão democrática da educação*. São Paulo, Cortez, 1999.

GADOTTI, Moacir. *Pressupostos do projeto pedagógico*. In: *Conferência Nacional de Educação para Todos*, vol. 1. Anais. Brasília: MEC, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo, Ática, 1990.

PATRÃO, Carla Nogueira; FERES, Marcelo Machado. Pesquisa Nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica (2003 – 2007). Natal: IFRN, 2009.

PINHEIRO, Maria Eveline. *A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico*. In: RESENDE, L. M. G. & VEIGA, I. P. A. (orgs.). *Escola: espaço do projeto pedagógico*, 4ª ed. Campinas: Papyrus: 2001, p. 112-134.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, *Seminário de Extensão Universitária da Região Sul*. Gramado/RS, 2003.

SILVA, Rose N.; DAVIS, Cláudia; ESPÓSITO, Yara; MELLO, Guiomar N. *Equidade, qualidade e avaliação: o difícil caminho entre utopia e realidade*. Mimeo. 1991,30 págs.

SILVA, Jair Militão da. *A autonomia da escola pública*. São Paulo: Papyrus, 1996.

TEDESCO, Juan Carlos. *Estratégias de Desarrollo y Educación: el desafío de la gestión pública*. Mimeo., s.d., 28 págs.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2004.

_____ (org.). *Projeto político-pedagógico: uma construção possível*, 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2004.

_____ *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

ⁱ No que concerne à metodologia de construção do Projeto Pedagógico Institucional, ao qual se refere a presente atualização, foi feita uma consulta à comunidade a partir de questionários específicos para alunos, professores e técnicos administrativos, respectivamente, que buscavam identificar o grau de satisfação dos atores que compõem a comunidade interna diante de aspectos concernentes a sua rotina. Para maiores informações, vide o documento anterior.